



Escola Tecnológica e
Profissional da Zona do Pinhal
Pedrógão Grande

7

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

N.º 03/2019

Aquisição de Produtos Congelados e Ultracongelados

Petroensino - Ensino e Formação Profissional, Lda. | Sociedade por quotas - Reg. C.R.C. Pedrógão Grande, sob o N.º 156/990721 * Capital Social: 870.000€ | Pessoa Colectiva N.º 504 505 890

Contactos >>>

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande



Índice

Cláusula 1ª - Objeto	3
Cláusula 2ª- Contrato	3
Cláusula 3ª- Vigência do contrato	3
Cláusula 4ª- Preço base	3
Cláusula 5ª – Critérios de Adjudicação	3
Cláusula 6ª - Obrigações principais do fornecedor	4
Cláusula 7ª – Conformidade e operacionalidade dos bens	4
Cláusula 8ª – Entrega dos bens objeto do contrato	4
Cláusula 9ª - Dever de sigilo	5
Cláusula 10ª - Preço contratual	5
Cláusula 11ª - Condições de pagamento	5
Cláusula 12ª – Penalidades contratuais	5
Cláusula 13ª – Força maior	6
Cláusula 14ª - Resolução do contrato	6
Cláusula 15ª - Foro competente	6
Cláusula 16ª – Subcontratação e cessão da posição contratual	6
Cláusula 17ª - Comunicações e notificações	7
Cláusula 18ª – Contagem dos prazos	7
Cláusula 19ª - Legislação aplicável	7
Anexo A	8

Cláusula 1ª - **Objeto**

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento por Consulta Prévia que tem por objeto principal a **aquisição de Produtos Congelados e Ultracongelados para a cantina da ETPZP**, de acordo com o indicado no Anexo A.

Cláusula 2ª- **Contrato**

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
- a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) A proposta adjudicada;
 - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Cláusula 3ª- **Vigência do contrato**

1 – O contrato sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, entra em vigor na data da sua assinatura e cessa a sua vigência logo que atingido o primeiro dos seguintes limites:

- a) Pelo prazo de **5 meses** a contar da data do início do fornecimento dos bens/produtos determinados no mesmo, que se prevê para o **dia 01 de abril de 2019**.
- b) Ou até ao limite das quantidades postas a concurso.

Cláusula 4ª- **Preço base**

1 – O valor para efeito de procedimento é de **8.851,57€** (Oito mil, oitocentos e cinquenta e um euro e cinquenta e sete cêntimos), que limita o preço contratual, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, sendo de considerar este valor repartido pelos diversos lotes da seguinte forma:

- **Lote 1 – 3.471,75€**
- **Lote 2 – 3.268,65€**
- **Lote 3 – 741,28€**
- **Lote 4 – 984,96€**
- **Lote 5 – 384,93€**

Cláusula 5ª – **Critérios de Adjudicação**

1 – A adjudicação será feita, **por lote**, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, considerando como fator de avaliação:

- O preço mais baixo: 100%.

2 – Em caso de igualdade na classificação das propostas será utilizado como fator de decisão a proposta que apresentar melhor pontuação de acordo com os seguintes critérios:

Contactos >>>

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande

Caderno de Encargos – Aquisição de Produtos Congelados e Ultracongelados



REPÚBLICA
PORTUGUESA

2.1 Periodicidade de entrega dos bens

- Diária (dias úteis) – 5 pontos;
- 3 a 4 vezes por semana – 4 pontos;
- 2 vezes por semana – 3 pontos;
- 1 vez por semana – 2 pontos;
- Quinzenalmente – 1 ponto.

2.2 Proximidade à Escola da sede de fornecimento

- do Concelho de Pedrógão Grande – 5 pontos;
- nos concelhos limítrofes – 3 pontos;
- nos restantes concelhos – 1 ponto.

3 – Verificando-se ainda empate, depois de aplicado o descrito no número anterior, será ainda utilizado como fator de desempate:

3.1 O preço mais baixo no(s) produto(s) com maior quantidade.

Cláusula 6ª - Obrigações principais do fornecedor

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) De entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) De garantia dos bens;
- c) Do cumprimento do prazo de entrega dos bens.

Cláusula 7ª – Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1 – O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 – O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 8ª – Entrega dos bens objeto do contrato

- 1 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues na sede da ETPZP/Petroensino, sita na Av. 25 de abril, Pedrógão Grande.
- 2 – A entrega dos bens será efetuada parcelarmente de acordo com as necessidades da Petroensino.

3 – Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

4 – O fornecedor é responsável pelo transporte isotérmico dos bens objeto do contrato, devendo ser assegurados durante o transporte o cumprimento das regras higieno-sanitárias exigíveis legalmente.

Cláusula 9ª - **Dever de sigilo**

1 – O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10ª - **Preço contratual**

1 – Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante, deve pagar ao fornecedor os preços constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11ª - **Condições de pagamento**

1 – As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela PETROENSINO – Ensino e Formação Profissional, Lda das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo fornecedor ao abrigo do contrato.

3 – Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque.

Cláusula 12ª - **Penalidades contratuais**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

7

Cláusula 13ª – **Força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14ª - **Resolução do contrato**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 15ª - **Foro competente**

1 – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal de **Comarca de Figueiró dos Vinhos**, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16ª – **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 – Apenas será admitida a cessão da posição contratual do adjudicatário nos termos do disposto nos artigos 317º a 324º do Código dos Contratos Públicos.

2 – Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a entidade adjudicante.



Cláusula 17ª - Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18ª – Contagem dos prazos

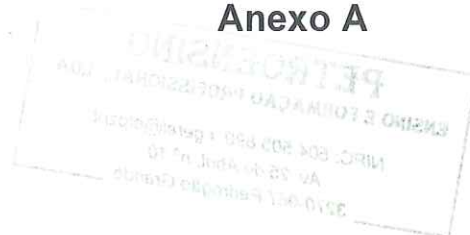
Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



Anexo A





Consulta Prévia n.º03/2019

Aquisição de Produtos Congelados e Ultracongelados

Preço Base	8.851,57 €
Lote 1 - Carne e Produtos à Base de Carne	3.471,75 €
Lote 2 - Peixe Congelado	3.268,65 €
Lote 3 - Produtos Hortícolas	741,28 €
Lote 4 - Produtos Panificação	984,96 €
Lote 5 - Produtos Ultracongelados	384,93 €

Contactos >>>

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande



LOTE 1

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, CARNE E PRODUTOS À BASE DE CARNE

CPV: 15100000-9

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
PERNA DE PERU	KG	60
ESPETADAS AVES (PERÚ)	KG	6
PERNAS DE FRANGO	KG	300
PANADO DE FRANGO	KG	60
NUGGETS DE FRANGO	KG	90
BIFE DE PERU	KG	12
HAMBURGUER AVES	UNI	900
HAMBURGUER DE VACA	UNI	900
ALMÔNDegas DE CARNE DE VACA	KG	6
BIFE DE NOVILHO	KG	12
ENTRECOSTO	KG	150
FEBRAS DE PORCO	KG	18
COSTELETAS DE PORCO	KG	18
PATO	KG	180
COELHO	KG	30
MINI CROQUETES DE CARNE	UNI	300
MINI RISSEIS DE CARNE	UNI	300
LASANHA DE CARNE 2KG	COVETE	60

LOTE 2

PEIXE, FILETES DE PEIXE E OUTRAS CARNES DE PEIXE, CONGELADOS

CPV: 15220000-6

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
FILETES DE PESCADA	KG	18
FILETES DE PESCADA PANADOS	KG	90
TRUTA	KG	6
DOURADINHOS DE PESCADA	KG	45
PESCADA N.º 2	KG	15
CARAPAU	KG	15
ROBALO	KG	6
RED FISH	KG	30
DOURADA	KG	6
PERCA NILO (POSTA)	KG	93
PEIXE ESPADA (POSTA)	KG	60
SALMÃO (POSTA)	KG	6
SOLHA (POSTA)	KG	120
TENTACULOS DE POTA HIGIENIZADOS (COVETES)	KG	105
CHOCO LIMPO	KG	18
LULA LIMPA	KG	6
BACALHAU DESFIADO/MIGAS (DEMOLHADAS)	KG	40
PALOCO DESFIADO/MIGAS (DEMOLHADAS)	KG	40
DELÍCIAS DO MAR	KG	12
AMEIJOA	KG	18
MARISCADA	KG	120
CAMARÃO 40/60	KG	3
SAPATEIRA	KG	3
MIOLO DE MEXILHÃO	KG	3
MINI RISSEIS DE CAMARÃO	UNI	150
PASTEIS DE BACALHAU	UNI	360
MINI PASTEIS DE BACALHAU	UNI	300

Contactos

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande

LOTE 3
PRODUTOS HORTÍCOLAS CONGELADOS
CPV: 15331170-9

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
JARDINEIRA	KG	135
ALHO FRANCES	KG	30
CENOURA CUBOS	KG	30
BROCOLOS	KG	30
COUVE FLÔR	KG	30
COUVE BRUXELAS	KG	20
FEIJAO VERDE	KG	30
ERVILHAS	KG	40
MILHO	KG	90
ESPINAFRES	KG	10
BATATA PRÉ-FRITA	KG	360

LOTE 4
PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, PRODUTOS DE PASTELARIA E BOLOS
CPV: 15810000 - 9

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
BAGUETE 80 GR	UNI	1925
BOLO DE ARROZ	UNI	39
MUFFINS CHOCOLATE	UNI	30
BOLA DE BERLIM C/ CREME	UNI	40
MINI BOLA DE BERLIM C/CREME	UNI	96
DONUT'S SIMPLES	UNI	48
DONUT'S CHOCOLATE	UNI	48
CROISSANT (DIRETO)	UNI	208
CROISSANT OVO	UNI	249
PATA DE VEADO	UNI	20
NAPOLITANA DE CHOCOLATE (DIRETO)	UNI	56
MINI NAPOLITANA DE CHOCOLATE (DIRETO)	UNI	150
FOLHADO DE CHOCOLATE (DIRETO)	UNI	56
PASTEL DE NATA (GRANDE)	UNI	200
MINI PASTEL DE NATA	UNI	240
PÃO COM CHOURIÇO	UNI	360
MISTO QUEIJO/FIAMBRE (DIRETO)	UNI	56
MISTO QUEIJO/CHOURIÇO (DIRETO)	UNI	210
MISTO QUEIJO/CARNE (DIRETO)	UNI	60
BROAS CASTELAR	UNI	90
COXA DE FRANGO (MINIATURA)	UNI	200

LOTE 5
PRODUTOS ULTRACONGELADOS
CPV: 15896000-5

DESIGNAÇÃO		QUANT. TOTAL
PIZZA 185GR A 250GR	UNI	420